

Quais são os meus direitos como vítima de um crime?

Ninguém está preparado para tornar-se vítima de um crime. Independentemente de se tratar de um furto de carteira, de uma lesão corporal grave ou de um outro crime: a pessoa fica lesada e perturbada com o crime e muitas vezes não sabe muito bem o que fazer. Este folheto pretende informar, de maneira resumida, onde você pode procurar ajuda nessa situação e quais são os seus direitos.

Quem pode me ajudar?

As instituições de apoio a vítimas oferecem aconselhamento e ajuda. Nos centros de aconselhamento, você será atendido(a) por mulheres e homens especialmente treinados que dispõem de muita experiência com pessoas na sua situação e que querem ajudar. Dependendo da gravidade do caso, eles também podem estabelecer o contato para você se beneficiar de outras medidas de apoio, por exemplo, ajuda psicológica ou terapêutica.

Aqui você encontra uma visão de conjunto das instituições às quais pode se dirigir:



www.bmjv.de

Independentemente disso, você também pode se dirigir a qualquer delegacia de Polícia ou procurar instituições na base de dados online para pessoas lesadas por crimes

(www.odabs.org <<http://www.odabs.org>>).

Como posso denunciar um crime e o que acontece depois?

Se você quiser denunciar um crime, pode contatar qualquer delegacia de Polícia. Depois de ter prestado queixa ou denúncia, já não pode simplesmente voltar atrás, já que as autoridades de inquérito (Polícia e Ministério Público) precisam apurar, em princípio, qualquer crime denunciado.

Somente no caso de algumas infrações penais menos graves (p. ex., injúria ou dano patrimonial) é que a vítima pode determinar se o caso deve ou não ir para a Justiça. Por esse motivo, estes atos também se chamam delitos de ação privada: via de regra, a persecução penal só se dá a pedido, ou seja, somente se você enquanto vítima do delito o desejar expressamente. Você precisa dar entrada com esse pedido dentro de um prazo de três meses depois de ter se inteirado do ato delituoso e da pessoa que o cometeu.

O que acontece se eu não entender ou tiver dificuldades em entender a língua alemã?

Não faz mal. Se você quiser denunciar um crime, você receberá ajuda para isso. Se você for inquirido(a) como testemunha, terá direito à atuação de um(a) intérprete.

A quais informações sobre a ação penal posso ter acesso?

Se você foi vítima de um crime, você não recebe informações sobre a ação penal automaticamente em todos os casos. Você precisa dizer, de preferência já na delegacia de Polícia, se você quer obter informações e especificamente quais. Se você o desejar, pode receber as seguintes informações:

- Você receberá uma breve confirmação por escrito da queixa ou denúncia que você apresentou.
- Você será informado(a) se o Ministério Público arquivou o processo, ou seja, não chegou a levar a acusação à Justiça.
- Você receberá informações sobre a data e o local da audiência judicial e sobre os fatos que são imputados ao acusado ou à acusada.
- Você será informado(a) sobre o resultado da ação judicial, ou seja, se foi encerrada com absolvição ou condenação ou se o processo foi arquivado.
- Você receberá a informação se o(a) acusado(a) ou o(a) condenado(a) está preso(a).
- Você será informado(a) se o(a) condenado(a) está proibido(a) de entrar em contato com você.

Além disso, em certos casos, você pode pedir informações ou cópias de documentos dos autos. Num caso de acidente de trânsito, por exemplo, poderia ser um desenho dos detalhes do acidente, necessário para solicitar indenização por danos materiais ou morais. Se você não tiver autorização de atuar como parte civil (sobre o assunto veja mais abaixo), você também precisa justificar seu pedido, ou seja, explicar por que você necessita dessas informações dos autos. Em casos específicos, podem ser concedidas exceções.

Seu depoimento como testemunha

Se você foi vítima de um crime, você tem um papel muito importante para o processo como testemunha. Geralmente, você presta seu depoimento à Polícia. Em muitos casos, depois também será necessário depor diante de um Tribunal. Só em casos excepcionais, p. ex., se você for casado com a pessoa acusada ou for parente dela, você pode negar-se a depor, ou seja, não precisa dizer nada.

Mas na inquirição você precisa dizer seu nome e seu endereço. É possível fazer uma exceção se você estiver exposto(a) a um perigo específico. Isso pode ser o caso, p. ex., se

you have been threatened(a) by someone because of you wanting to testify. In this case, you do not need to inform your particular address. Instead, you can inform another address through which it is possible to get in contact with you. This can be, for example, a support institution for victims with which you are in contact.

Testifying as a witness is certainly an exceptional situation for you that can be very stressful. For this reason, you can also ask that a person of confidence (a) accompany you during the testimony. It can be a relative or a friend(a). This person will be present during the testimony and can only be excluded in exceptional cases. It is clear that you can also ask for the assistance of a lawyer(a). In special cases, there is even the possibility that the state will pay for the lawyer(a) to accompany you during the testimony. If you consider that you need this type of support for your testimony, whether in front of the Police, the Public Ministry or the Court, inform yourself before the start of the testimony with the person who will take your testimony!

From 2017:

In cases where children or young people have been victims of acts of violence or sexual crimes, there is the possibility of professional accompaniment and support during the entire process, which is called processual psychosocial accompaniment. In certain cases, adult victims of acts of violence or serious sexual crimes may need this type of support and receive it. If the processual psychosocial accompaniment is confirmed by the Court, it will be free for the victims. Inform yourself with the Police or a support institution for victims. These will provide more detailed information.

Posso aderir à ação penal como parte civil?

If you are a victim of certain crimes, you will be able to act in the process as a civil party by filing a subsidiary private action. Among them are, for example, rape, sexual abuse, attempted homicide or an act that has led to the homicide of a close family member. In these cases, you have special rights. For example, you can, differently from other witnesses, be present at all judicial hearings.

Quem pagará meu advogado?

If you have the assistance of a lawyer, this will generate expenses. If the accused(a) is convicted(a), he/she will have to assume their own legal costs. However, not all convicted persons are, in fact, in a position to pay the costs. For this reason, it can happen that you yourself have to bear the costs.

Em alguns casos excepcionais, você pode solicitar ao Tribunal que os custos advocatícios sejam pagos pelo estado. Isto é possível, p.ex., em casos de crimes de violência ou crimes sexuais graves ou, ainda, quando parentes próximos, como filhos, pais ou o(a) cônjuge, tiverem morrido em decorrência do crime. Neste caso, não é relevante você ter ou não ter patrimônio.

Mas também há outros casos em que você pode solicitar auxílio financeiro para a contratação de um advogado. Isso pode ser o caso se você tiver rendimentos muito baixos e estiver autorizado a aderir ao processo como parte civil.

Indenização por danos materiais ou morais

Além de ter sido vítima, você também sofreu um dano ocasionado por um crime ou quer receber indenização? Você quer fazer valer esse direito já no momento da ação penal? Geralmente, isso é possível (num processo de responsabilidade civil unido ao processo penal). Mas, para isso, você precisa fazer um requerimento. Este já pode ser feito no momento de denunciar o crime.

É claro que você também pode optar por pedir indenização por danos materiais ou morais por outras vias, ou seja, não diante do Tribunal penal, mas diante de um Tribunal cível. Também nestes casos você pode solicitar auxílio financeiro para os custos advocatícios ao Tribunal caso você tenha rendimentos muito baixos.

Para além disso, quais outros direitos eu tenho?

Você sofreu danos à saúde ocasionados por um ato de violência? Nesse caso, você tem direito a receber ajuda do estado com base na Lei de Reparação às Vítimas, por exemplo, quando há necessidade de tratamentos médicos ou psicoterápicos, de material de enfermagem (como andador ou cadeira de rodas) ou de pagamento de pensões (por exemplo, para compensar a perda de rendimentos). Você já pode dar entrada com um pedido simplificado na delegacia de Polícia.

Se você foi vítima de ataques extremistas ou de crimes terroristas, você pode solicitar auxílio financeiro ao Departamento Federal de Justiça. Os prerequisites e o procedimento estão descritos neste site:

www.bundesjustizamt.de/DE/Themen/Buergerdienste/Opferhilfe/Opferhilfe_node.html).

Como vítima de violência doméstica, possivelmente você ainda tenha outros direitos com base na Lei de Proteção contra Violência Familiar. Por exemplo, você pode solicitar junto ao Tribunal de Família que o(a) agressor(a) seja proibido(a) de entrar em contato com você. Em determinadas circunstâncias, o Tribunal pode autorizar o uso exclusivo por você de um apartamento em que você vivia junto com o(a) agressor(a). Os pedidos necessários para isso podem ser entregues ou encaminhados por escrito ao Tribunal de Comarca [Amtsgericht] ou você poderá fazer a solicitação pessoalmente no próprio Tribunal. Você não precisa ser representado(a) por um(a) advogado(a).

O que é a mediação vítima-infrator?

É o nome do procedimento que serve, principalmente, para ajudar a vítima de um crime a superar a injustiça sofrida. Diferentemente da ação penal comum, o(a) infrator(a) deverá se confrontar diretamente com a dimensão dos danos e das lesões que o ato dele(a) provocou na vítima. Isso pode se referir ao dano material sofrido pela vítima devido ao crime, ou a danos emocionais, mágoas pessoais e ansiedades provocados pelo crime. Mas uma mediação vítima-infrator nunca é realizada contra a vontade da vítima, e também somente nos casos em que o(a) infrator(a) mostra a intenção séria de assumir a responsabilidade pelos atos cometidos. Quando realizada nessas circunstâncias propícias, a mediação vítima-infrator pode contribuir para a superação ativa do conflito por parte da vítima e para o restabelecimento da paz jurídica. Este é o motivo de o Ministério Público ou a Polícia muitas vezes sugerirem o procedimento. Mas ele não faz parte da ação penal propriamente dita e é realizado separadamente da ação penal. Há diferentes entidades e instituições de mediação em que atuam profissionais treinados.

Mais informações sobre a mediação vítima-infrator e sobre instituições que oferecem o serviço na sua região estão disponíveis na Internet, por exemplo no site <http://www.toa-servicebuero.de/konfliktschlichter> ou ainda em <http://www.bag-toa.de/>.

Folhetos e outros links

Você encontrará informações sobre a proteção a vítimas na homepage do Ministério Federal da Justiça e de Proteção ao Consumidor (BMJV). Ali você encontrará, entre outros, links para as páginas de internet de cada estado federado da Alemanha (com dados sobre instituições de apoio a vítimas na sua região) e links para a base de dados online para pessoas lesadas por crimes (ODABS): <http://www.bmiv.de/opferschutz>

Mais informações úteis estão disponíveis nos seguintes folhetos ou publicações:

- *“Cartilha para vítimas” [Opferfibel]*

- *“Eu tenho direitos” [Ich habe Rechte]*
- *“Mais proteção em caso de violência doméstica” [Mehr Schutz bei häuslicher Gewalt]*
- *“Auxílio de aconselhamento jurídico ou de custos processuais” [Beratungs- oder Prozesskostenhilfe]*
(disponível em: www.bmjv.de/publikationen)
- *“Ajuda para vítimas de atos de violência” [Hilfe für Opfer von Gewalttaten]*
(www.bmas.de/SharedDocs/Downloads/DE/PDF-Publikationen/a719-hilfe-fuer-opfer-von-gewalttaten-256.pdf?__blob=publicationFile)

Pedido de publicações

Internet: www.bmjv.de

Por correio: Publikationsversand der Bundesregierung,

Postfach 48 10 09, 18132 Rostock

Telefone: (030) 18 272 272 1; Fax: (030) 18 10 272 272 1